



**RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**NÚCLEO DE TCC**

**UMA ANÁLISE DA POLÍTICA-ECONÔMICA DA ÍNDIA EM RELAÇÃO  
AOS PRINCIPAIS FLUXOS EMIGRATÓRIOS: O caso do brain drain  
dos indianos**

**JAMYLLÉ DO NASCIMENTO ANDRADE**

**CARUARU**

**2018**

**JAMYLLLE DO NASCIMENTO ANDRADE**

**UMA ANÁLISE DA POLÍTICA-ECONÔMICA DA ÍNDIA EM RELAÇÃO  
AOS PRINCIPAIS FLUXOS EMIGRATÓRIOS: O caso do brain drain  
dos indianos**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a banca avaliadora como  
requisito para obtenção do título em  
Bacharel de Relações Internacionais pelo  
Centro Universitário Tabosa de  
Almeida(ASCES-UNITA).  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Mariana de Oliveira  
Nóbrega

**CARUARU**

**2018**

## **Resumo**

As Migrações Internacionais não são mais uma novidade nem um tema desconhecido no cenário mundial atual, tendo em vista que aos passar dos anos, os números de circulações migratórias no mundo apenas aumentaram. Com essa premissa, o presente artigo vai descrever como se deram os maiores fluxos emigratórios da população indiana, especialmente os que constituíram o brain drain na Índia, e de que maneira as políticas-econômicas do país influenciaram em tal decisão. Por meio da utilização de artigos científicos, documentos oficiais e relatórios anuais lançados por grandes Organizações Internacionais, será feita a análise das políticas econômicas e migratórias dos governos na Índia desde a Independência em 1947, até a atualidade, além de mostrar a relação com as emigrações dos indianos. O artigo pretende gerar mais conhecimento científico para a comunidade acadêmica, incentivando a pesquisa e produção de mais trabalhos sobre a Índia e assuntos que envolvam o país, seu povo e sua cultura.

Palavras-chave: Índia; brain drain; Migrações; diásporas; política-econômica

## **Abstract**

International Migrations are nor newness anymore neither an unknown theme in the current world scenario, in view of over the years, the migratory movement numbers in the world grew up. With this premise, the present article is going to describe how the largest emigration flows of the Indian population occurred, especially those which constitute the Indian brain drain, and how the country's economic policies influenced in such decision. By using scientific articles, official documents and annual reports launched by the major International Organizations, it will be done an analysis of the economic and migratory policies of Indian government since the Independence in 1947, till presently, besides show the relation with the Indian emigrations. The article intends to generate more scientific background knowledge to the academic community, encouraging the research and production of more works about India and matters involving the country, its people and culture.

Keywords: India; brain drain; Migrations; diasporas; economic policy

## SUMÁRIO

|                                                                                                                              |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                     | <b>4</b>  |
| <b>2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: uma compreensão das maiores diásporas dos povos indianos.....</b>                             | <b>6</b>  |
| <b>2.1 Migrações nos Continentes.....</b>                                                                                    | <b>8</b>  |
| <b>2.2 Migrações na Índia.....</b>                                                                                           | <b>11</b> |
| <b>3 FATORES POLÍTICO-ECONÔMICOS DAS DIÁSPORAS INDIANAS.....</b>                                                             | <b>13</b> |
| <b>3.1 Panorama histórico das políticas-econômicas da Índia.....</b>                                                         | <b>14</b> |
| <b>3.2 A relação das políticas-econômicas com o fenômeno do Brain drain na Índia : da independência aos dias atuais.....</b> | <b>18</b> |
| <b>4 CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                      | <b>21</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                      | <b>23</b> |
| <b>Anexo – Regras para submissão de artigo em revista.....</b>                                                               | <b>25</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

As Migrações Internacionais não são mais uma novidade nem um tema desconhecido no cenário mundial atual, uma vez que começaram a ganhar mais popularidade entre os Estados após as duas grandes Guerras Mundiais (1914-18 e 1939-45). Podendo-se dizer que a migração é uma prática quase pré-histórica que acompanhou a evolução do homem, desde as suas primeiras gerações, até nossa época contemporânea e que passou a interferir diretamente em vários aspectos relevantes de interesses nacional e internacional dos países, como Economia, Política, Segurança, Ciência, Tecnologia, dentre outros.

Em tempos atuais, as migrações passaram a receber muito destaque da mídia global, devido ao aumento do nível migratório na esfera internacional, por diversas motivações, dentre as quais por situações de desordem nas políticas interna e externa de vários países, influenciando de forma direta e indireta as decisões dos grupos e indivíduos que fazem ao deixar suas raízes.

A partir do tópico central das migrações internacionais, eis que um grupo de migrantes passa a surgir, distinguindo-se dos outros por vir ganhando popularidade entre algumas sociedades pelo mundo, ao qual se nomeia de *brain drain*<sup>1</sup> ou “fuga de cérebros”, que consiste na saída do capital intelectual, ou seja, dos indivíduos mais escolarizados e melhor qualificados, de uma região para outra, em busca de ambientes que lhe ofereçam mais bem-estar no geral, como salários mais justos e elevados, maior acesso à tecnologia e com cenário político mais estável (DODANI; LAPORTE, 2015).

Tomando este ponto de partida, o artigo trará à tona o estudo sobre a população de um país que lidera no ranking global em migrações internacionais, e destaca-se na categoria do *brain drain*. A Índia, que é uma nação milenar, detentora de um povo rico em aspectos culturais, e por assim dizer, cheia de peculiaridades, além de ser um território de extrema relevância para o contexto econômico na região Sul-Asiática, e que vem se destacando por causa da sua participação e liderança em

---

<sup>1</sup> Originalmente do Inglês, seria a saída de indivíduos altamente qualificados do seu país para outro, em busca de melhores padrões de vida, melhores remunerações, mais acesso à tecnologia e educação. Geralmente, estas pessoas saem de países periféricos, em busca de outros mais bem estruturados político e economicamente. (DODANI; LAPORTE, 2015)

determinados assuntos de Política Externa, como por exemplo, na área de tecnologia e em cooperação internacional.

Por ser um fato estatisticamente comprovado, de que a Índia possui a população que mais se dispersou ao redor do mundo, com mais de 16 milhões de pessoas vivendo fora de seu país, segundo a UN DESA (2017), será examinado neste artigo o caso *brain drain* entre os indianos para com outras nações, mostrando as razões para acontecer tal fenômeno no país. Como foco principal de pesquisa, será feito uma análise qualitativa da relação entre as políticas econômicas que foram aplicadas em períodos específicos de gestões governamentais da Índia, ao passo de como influenciaram para a geração do *brain drain*, objetivando compreender os efeitos diretos na sociedade indiana.

A partir de pesquisas realizadas, é possível constatar previamente que o fenômeno *brain drain* na Índia foi expressivamente influenciado pelas políticas-econômicas geridas pelos governos do país, posto que nem sempre refletiram positivamente no contexto social da população, bastando constatar um grave problema crônico no país, identificado por Oliveira (2010), a extrema pobreza na região que traz dentre tantas outras consequências, a busca por oportunidades de trabalho fora da Índia, para alguns afortunados.

Ainda segundo Oliveira (2011), dentre algumas decisões políticas que foram tomadas em gestões governamentais -causando consequências, que geraram impactos para a população- e que acabaram favorecendo a fuga de cérebros, temos: o aumento de taxas e tributos (políticas de controle econômico e tributário); o alto nível de desemprego; a permissão para retirada de vistos e passaportes (políticas migratórias), e algumas mais que serão observadas ao longo deste artigo.

Mediante o exposto, segue-se a metodologia aplicada neste trabalho, como o uso das pesquisas descritiva e explicativa, as quais possuem as funções de interpretar e esclarecer as reais causas das emigrações dos indianos no que concerne ao fenômeno do *brain drain*. Por meio da revisão bibliográfica de apoio, tem-se a utilização de fontes secundárias, como artigos científicos, matérias de sites de informações e notícias a respeito tanto locais da Índia, quanto globais, além de importantes fontes primárias, como documentos oficiais do governo indiano e dos seus órgãos especializados, por exemplo o MOIA (Ministério das Relações para Indianos no Exterior); também de organizações internacionais compiladoras de dados quanti-qualitativos relevantes como o Grupo do Banco Mundial, a

Organização Internacional para Migrações(OIM), que possam acrescentar com informações verídicas sobre o objeto de estudo.

A proposta desta temática surgiu para buscar expandir os conhecimentos sobre a região do Sul asiático, em especial, acerca da realidade da Índia, através do estudo mais aprofundado da política-econômica e das migrações, mediante o fenômeno da fuga de cérebros marcante no país. Este artigo resultará no aumento da produção científica, que irá contribuir para a comunidade acadêmica internacional que busca conhecer e aprender mais sobre o conteúdo, e possivelmente, dar continuidade a outros trabalhos da mesma linha de pesquisa, ainda não tão explorados pela área acadêmica nas Relações Internacionais.

## **2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: uma compreensão das maiores diásporas dos povos indianos.**

A ação de transitar ou se locomover para outros espaços faz parte do processo evolutivo das sociedades, levando-se em conta que estão inseridas em um mundo permeado de constante mudança (PATARRA, 2006). Ao tomar tal constatação como um fato notório, propõe-se compreender as migrações internacionais que vêm se destacando cada vez mais nas relações internacionais contemporâneas por envolver fronteiras e questões que passam pela segurança e desenvolvimento nacional, cooperação internacional, direitos humanos e tantos outros assuntos.

Para Neide Patarra (2006), a migração internacional pode ser conceituada como o processo que incluiu fluxo de transição que há entre pessoas e países, regiões e continentes. A Organização Internacional para Migrações (OIM) traz uma concepção ainda mais bem definida para o termo, a saber que:

[...]É um movimento populacional, envolvendo qualquer tipo de movimento de pessoas, qualquer que seja sua distância, composição e causas; inclui migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes econômicos, e pessoas que se movimentam por outros propósitos, incluindo reunificação familiar (2011, p. 62, tradução nossa)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Texto original: “[...]It is a population movement, encompassing any kind of movement of people, whatever its length, composition and causes; it includes migration of refugees, displaced persons, economic migrants, and persons moving for other purposes, including family reunification.”

Como já foi dito anteriormente por Patarra (2006), as Migrações Internacionais sempre fizeram parte do processo evolutivo e configurativo social, no entanto, adquiriram maior respaldo a partir da segunda metade do século XX, após o término da Segunda Guerra Mundial (GM) em 1945. Segundo dados recentes do Banco Mundial, quase 250 milhões de pessoas em 2015, dado referente a 3,4% da população mundial, estariam habitando fora dos seus países de origem (WORLD BANK GROUP, 2016).

De acordo com a mesma fonte, este montante é composto por grupos e indivíduos em variadas condições, como por exemplo migrantes de trabalho e refugiados (conceituação mais adiante), que no ano de 2015 representavam 15 milhões, ou 6% do total de migrantes internacionais. Comparando-se com o ano de 2000, enquadraram-se cerca de 173 milhões de indivíduos ao redor do mundo, vê-se um aumento próximo de 100 milhões de pessoas em menos de 10 anos, sendo um fato no mínimo curioso a ser compreendido (MIGRATION DATA PORTAL, 2017).

Com o advento da globalização, que proporcionou o acesso à informação e aos meios de transportes cada vez mais tecnológicos e mais velozes, houve uma maior mobilidade dos povos, fazendo com que distâncias geográficas e diferenças culturais já não fossem mais grandes empecilhos para buscar o novo. Embora se saiba que o acesso aos meios de comunicação e de transportes à nível internacional não são nada equitativos, o fato é que a conexão resume as relações interpessoais entre o mundo contemporâneo.

Para o aprofundamento sobre o tema das migrações, é necessário entender alguns conceitos básicos, observando quem são os migrantes, os porquês de migrarem, e as suas variadas denominações. Embora sejam termos graficamente semelhantes, “emigrante” é aquele que parte do seu território de origem, e se torna “imigrante” ao adentrar em uma região estrangeira à sua (OIM, 2011). Sobre algumas interpretações dos seus tipos, existem:

[...] migrantes do gênero feminino ou masculino, involuntários (refugiados ou vítimas de tráfico humano, por exemplo) ou voluntários (como estudantes ou trabalhadores – temporários ou permanentes, regulares ou irregulares, qualificados ou não-qualificados) (CASTLES AND MILLER, 2009 apud OLIVEIRA, 2011 p. 9).

Dentre os motivos influenciadores das migrações, aquele que predomina é a questão de oportunidade de trabalho. Ainda é muito comum que os itinerantes

migram por razão de estudos no exterior, e por reunificação familiar também. Conflitos armados, guerras, perseguições políticas, étnicas, raciais, e até problemáticas ambientais levam indivíduos comuns a tornarem-se outros tipos de migrantes, como os refugiados ou deslocados internos, aqueles que involuntariamente deixam sua região para fugir destas situações caóticas, sendo os primeiros rumo ao exterior, e os internos, movem-se dentro do seu próprio país (OIM, 2011).

Logo, visto que os tipos de migrações e de migrantes que existem são variáveis<sup>3</sup>, também há distinção de como se apresentam as projeções das migrações nas principais regiões do mundo em análise qualitativa.

### **2.1.1 Migrações nos Continentes**

Deslocar-se para outros ambientes, seja de modo temporário ou não, tornou-se uma prática muito comum entre as pessoas das comunidades internacionais, em busca de novos horizontes que possam atender às suas necessidades.

Porém, nem sempre é possível calcular o total de migrantes por causa de fatores como migrantes ilegais e/ou inautorizados a entrar em determinados territórios. Ainda que os principais órgãos que trabalham em prol de reunir dados à nível mundial de populações migratórias, como o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), CMDI (Centro de Monitoramento do Deslocamento Interno), UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes) e a OIM (Organização Internacional para Migrações) dediquem-se para investigar e recolher informações sobre refugiados, requerentes de asilos, deslocados internos, e outros, há que se atestar a existência de dificuldades em apontar, com exatidão, os números oficiais desses grupos de migrantes em condições de vulnerabilidade.

Iniciando pelo continente africano, seu contexto migratório é marcado pelas migrações intrarregionais, ou seja, as que acontecem entre os países locais, registrando-se mais de 16 milhões de habitantes residindo fora do seu país de origem, porém, dentro do continente, e outros 16 milhões de migrantes fora da

---

<sup>3</sup> Para ver mais sobre cada um dos tipos de migrantes apresentados no texto, e outros, ver o documento "Glossary on Migration" (OIM, 2011). Disponível em: <[https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml25\\_1.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml25_1.pdf)>

região africana, segundo dados da OIM (2018). Conforme a mesma referência, o principal destino dentro do território é a África do Sul, com 3.1 milhões de migrantes internacionais habitando no país, equivalendo à 6% da sua população total. Uma parcela considerável destes migrantes internos na África está em condições de refugiados, tendo em vista que fogem de situações instáveis de conflito (geralmente étnico e/ou territorial), de violência, somando-se a casos de insegurança alimentar.

Em seguida, de acordo com o mesmo documento da OIM (2018), só no ano de 2015, a Europa obteve de toda a população migrante internacional - que na época era de 75 milhões de indivíduos - cerca de quase um terço dessa quantidade que residia no continente. O tipo de migração europeu preponderante é o intraregional, em que os cidadãos se deslocam com muita facilidade entre os países graças ao Acordo de Schengen<sup>4</sup>, que permite a livre circulação de pessoas entre residentes dos Estados pertencentes à União Europeia. Não por acaso, em 2015, a região foi considerada o segundo maior corredor migratório<sup>5</sup> regional do mundo, entre Europa-Europa, ficando atrás apenas do corredor América Latina e Caribe-América do Norte.

Ultimamente, o continente Europeu tem sido palco no recebimento de multidões de refugiados, em especial a Alemanha, que segundo o mesmo relatório da OIM (2018), em 2016 recebeu a maior quantidade de refugiados e de requerentes de asilo de toda Europa, provenientes de países em situações de guerras e conflitos como Síria, Iraque e Afeganistão.

Por sua vez, a pesquisa do *World Migration Report* de 2018, mostra que a região da América Latina e Caribe, é fortemente caracterizada pelo êxodo dos indivíduos em direção à América do Norte, sobretudo para os Estados Unidos da América. Esta rota de migrações veio se consolidando cada vez mais ao passar dos anos, posto que em 1990 o montante de migrantes vindos da América Latina e do Caribe que se dirigiam para o Norte era estimado em 10 milhões, e em 2015 passou

---

<sup>4</sup> Tradução nossa: "Permite que todo cidadão da União Europeia viaje, trabalhe e viva em qualquer país da EU sem formalidades especiais.[...] A Área de livre fronteira de Schengen garante livre movimentação para mais de 400 milhões de cidadãos europeus, assim como para muitos não pertencentes à UE, homens de negócios, turistas e outras pessoas que estejam legalmente no território da EU." Ver mais sobre Acordo de Schengen em: < [https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/schengen\\_en](https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/schengen_en) >

<sup>5</sup> Texto original: "Corridors represent an accumulation of migratory movements over time and provide a snapshot of how migration patterns have evolved into significant foreign-born populations in specific destination countries" (OIM, 2018).

para aproximadamente 25 milhões, tornando-se o maior corredor migratório em todo o mundo.

O México é a nação de onde emigram mais grupos de pessoas em direção aos Estados Unidos, lugar que impera nas buscas de destino final dos migrantes internacionais. Outros países da região com populações que também emigram, a exemplo a Colômbia, que em 2016 teve a maior quantia de refugiados da América Latina e do Caribe, em razão de conflitos internos. As principais causas que levam cidadãos destas localidades a emigrarem são o subdesenvolvimento e as baixas condições de vida, somados a elevados índices de violência que assolam vários países (OIM, 2018).

Sobre o contexto de migrações na Oceania, segundo o relatório da OIM (2018), dentre os últimos 25 anos os dados de imigrantes internacionais que cresceram foram, em particular, os oriundos da Ásia com uma média de 38%. As rotas mais influentes feitas são para a Austrália e Nova Zelândia, e as origens dos imigrantes estão mescladas entre chineses, indianos, filipinos e vietnamitas, países os quais vem experienciando largos crescimentos demográficos da sua população nas últimas décadas.

Em 2016, foi registrado que o continente recebeu 100.000 refugiados e requerentes de asilo. Migrações inter-regionais ou internacionais na Oceania tem se tornado frequentes, pois vários povos estão em situações de risco devido a desafios econômicos e mudanças climáticas, tais quais o aumento do nível do mar, a corrosão pela invasão de água salgada e secas, que fazem com que habitantes de ilhas como a de Tuvalu sintam-se forçados a se deslocarem para locais mais seguros, seja em sua própria região, ou em extensões territoriais mais distantes(OIM, 2018).

No entanto, numericamente falando, de todas as regiões em que se é possível registrar o quantitativo de indivíduos que migram, a Ásia fica em primeiro lugar de origem, com mais de 40% de toda a população migrante no mundo, visto que aproximadamente 144 milhões de todos os itinerantes globais são asiáticos (UNITED NATIONS, 2015). As sociedades que mais se sobressaem em relação a estes dados são a chinesa e a indiana, devido a suas volumosas demografias, e que hoje, estão espalhadas por todos os cantos do mundo; outros países como Filipinas e Vietnam também contam com grandes grupos de emigrantes, que ainda procuram a Europa e América do Norte como destinos finais.

Contudo, na pesquisa do *World Migration Report* (2018), indica-se que a conjuntura de migrações na Ásia é caracterizada pelas migrações intrarregionais, pois o fluxo de deslocamentos entre os países do continente é muito mais elevado do que a quantidade de emigrações para fora da região. Dessa forma, os corredores migratórios demarcam o ambiente das dispersões populacionais, em razão de proximidades e semelhanças das relações culturais e históricas entre os países. Dentre os corredores que se sobressaem estão Afeganistão-Paquistão, Bangladesh-Índia, Índia-Paquistão, e Nepal-Índia.

Além dos vínculos entre os povos regionais e suas proximidades, outras causas como ameaças do meio ambiente e mudanças climáticas, somadas a problemáticas estruturais e demográficas, quando há superlotação populacional em determinados territórios que demonstrem risco, podem levar os habitantes daquele local a se deslocarem para outras áreas, que demonstram trazer um pouco mais de segurança para os indivíduos e suas famílias.

Não obstante, no quesito geral das migrações internacionais, o país que mais se destaca em diversos aspectos que envolvem a temática é a Índia, o qual foi escolhido para ser o objeto de estudo deste artigo. Para compreender os porquês esta nação merece ser trabalhada, será exposto como se dão as migrações na realidade da população indiana a seguir.

### **2.1.2 Migrações na Índia**

A comunidade indiana é de fato, a maior em quantidade de emigrantes ao redor do mundo, com mais de 16 milhões de indivíduos vivendo além das fronteiras da Índia (UN DESA, 2015). A maioria de expatriados possui um potencial diferenciado no plano internacional, tendo em vista que a Índia desde alguns anos atrás vem habilitando seu povo com capacidades intelectuais a serem inseridas no mercado de trabalho no exterior. Dessa forma, dentre todas as outras, a emigração indiana ficou reconhecida como a diáspora<sup>6</sup> do trabalho (COHEN, 1999 apud PATARRA, 2006).

---

<sup>6</sup> O termo é definido para pessoas de comunidades, associações ou indivíduos comuns que emigram do seu país de origem, mas que ainda preservam conexões com sua pátria, abrangendo expatriados para fins de trabalho temporário, que possuem nacionalidade do país de acolhimento, que possuem dupla-nacionalidade, ou até migrantes de segunda ou terceira gerações (OIM, 2011).

A princípio, o histórico de migrações no país iniciou antes mesmo do período de colonização no território nacional por parte do Império Britânico. Um estudo do *Migration Policy Institute* (2009) relatou que vários grupos de indianos foram levados em condições de operários para trabalhar em países diversos, em específico os africanos e do próprio continente asiático. Dentre os anos 1830 até as primeiras décadas de 1900, aglomerados de trabalhadores indianos eram transportados para atuarem em regiões rurais de plantações e colheitas, em colônias britânicas, francesas e holandesas. Conforme Oliveira (2010), havia um sistema de contrato de aprendizagem, o *indentured contract*, em que os empregados de origem indiana realizavam inicialmente contratos de 5 anos de trabalho, podendo ser renovados.

Assim, os contratados almejavam esperançosos conseguirem trabalhar, e fugir da extrema pobreza em que estavam imersos na Índia. Então, foram distribuídos em navios cargueiros que seguiram rumo a Fiji, Ilhas Maurício, Trinidad e Tobago, Suriname e Natal, na África do Sul. Todavia, as condições laborais não eram as mais adequadas; eles eram mantidos afastados de toda a população local, tinham todos os seus passos controlados e ainda eram exigidos que suprissem a carga de trabalho imposta, com possibilidade de punição se o contrário ocorresse (MIGRATION POLICY INSTITUTE, 2009).

O Quênia, na África Oriental, recebeu um aglomerado de imigrantes indianos para fins de trabalho e atividades mercantis ainda no século XIX, por volta das décadas de 1860 (OLIVEIRA, 2010). Em primeiro momento, os emigrantes que partiam da Índia eram de mão-de-obra não qualificada. Quando o sistema de contratos foi extinto pelo Conselho Legislativo Imperial Britânico, em 1916, mais de 1,5 milhões de indianos já haviam sido encaminhados para colônias na África, na Ásia, no Caribe, e na Oceania.

O fato é que, a conjuntura política e das migrações indianas, durante muitos anos esteve atrelada aos ditames e interesses em favor do Império Britânico, que controlou o território do país por bastante tempo.

Segundo a mesma pesquisa do *Migration Policy* (2009), não só por razões trabalhistas se deram movimentos diaspóricos da população indiana; em 1947, quando o país proclamou independência do regime Britânico, houve uma separação entre cidadãos que cultuavam o Hinduísmo – religião predominante de 79,8% da população - e aqueles adeptos do Islã, segunda maior religião no país, com 14,2% de seguidores (MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES-UNIÓN

EUROPEA E COOPERACIÓN, 2018) nos estados de Punjab e Bengal, acarretando em um forte fluxo emigratório, avaliado em uma média de 12 à 18 milhões de pessoas. Metade delas deslocaram-se para o Paquistão (grande maioria de islâmicos), e a outra metade seguiu para a direção oposta.

A partir da independência da Índia, os novos emigrantes passaram a diversificar seus níveis de competência, ao saírem de suas origens em busca de oportunidades de trabalho no exterior. Empregados não-qualificados, qualificados e profissionais indianos foram migrando para o Reino Unido, logo nos primeiros anos após a independência. Por motivos de possuir conexões mais fortes devido à época colonial, o Reino Unido foi a principal destinação dos expatriados na Europa até o fim dos anos 1990, recebendo cerca de 2 terços de toda a população de origem indiana no continente em 2001 (MIGRATION POLICY INSTITUTE, 2009).

A emergência das primeiras gerações de imigrantes indianos altamente qualificados, que foram para outras partes do mundo com mais ímpeto, como na América do Norte, deu-se início nos anos 1960. Daí em diante, países como Canadá, Austrália e sobretudo os Estados Unidos, tornaram-se as rotas que predominariam nas escolhas dos expatriados indianos, principalmente pela facilitação que o governo nacional passaria a fornecê-los. Contudo, nem sempre o Estado da Índia ofereceu sua colaboração para que tais migrações ocorressem; para chegar nesta afirmação, basta analisar como este assunto sucedeu no país no decorrer dos anos, até chegar nos dias atuais com os maiores índices de emigrantes pelo mundo.

### **3 FATORES POLÍTICO-ECONÔMICOS DAS DIÁSPORAS INDIANAS**

Assim como em qualquer lugar do globo terrestre, migrações internacionais acontecem por motivos causais, que geram consequências em um ambiente social, e têm influência indireta ou direta na decisão das pessoas em se deslocarem de um lugar para outro. No caso das emigrações indianas, elas foram fortemente influenciadas por fatores que envolveram o emprego de políticas econômicas, em períodos históricos diferenciados de gestões governamentais na Índia, sendo algumas a favor das emigrações, outras não; entretanto, todas tiveram impactos positivos, ou negativos na população.

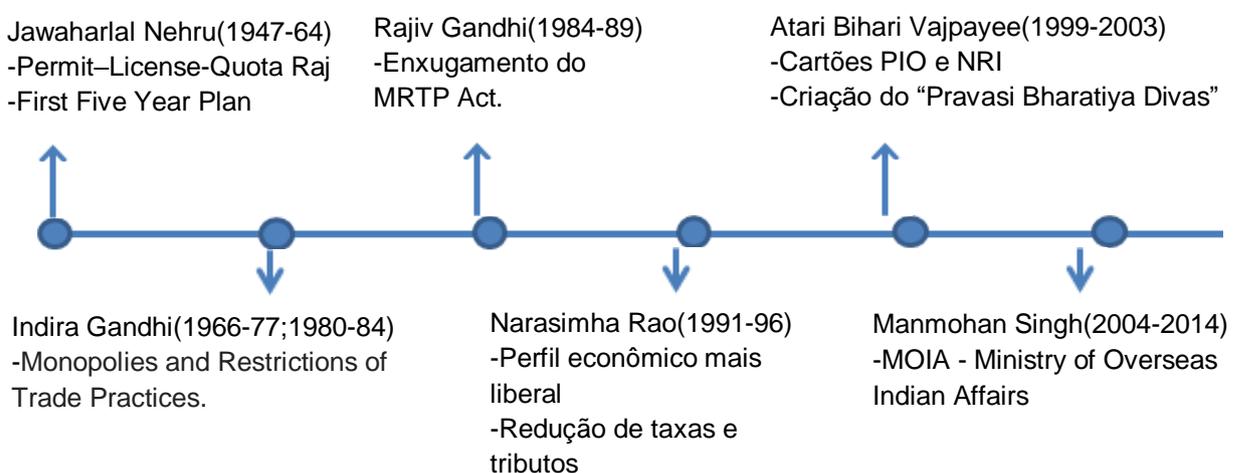
### 3.1 Panorama histórico das políticas-econômicas da Índia

Reconhecida pelo seu ímpeto como um novo e potente pólo fornecedor no ramo da tecnologia, a Índia contemporânea globalizada segue um estilo de política econômica e de mercado mais liberalizado, buscando realizar cooperações com países próximos da região asiática, mantendo a política de boa vizinhança com a maior parte deles (VELASCO, 2005). Entretanto, em razão que chegasse ao êxito atual, foi necessário várias transições nos parâmetros internos do país, para que pudesse atingir um padrão único de progresso contínuo.

A conjuntura econômica nacional da Índia sempre foi definida de acordo com suas alternâncias de governo, assumindo diferentes fases desde a sua Independência do Império Britânico e modificando até os dias de hoje. Passou por múltiplas reformas fiscais, tarifárias, contando-se desde o fim dos anos 40. A partir dos anos 1950, o país tomou como propósito implementar políticas para uma economia planejada e desenvolvimentista, que contribuíssem para a retirada de milhões de pessoas que sobreviviam em extrema pobreza.

A seguir, foi esboçado uma espécie de linha do tempo, para exemplificar a ordem sucessória dos principais governantes que passaram pelo cargo de Primeiro Ministro da Índia, desde a sua emancipação em 1947. Nela, as setas indicam o(a) representante e a duração do seu mandato, além das políticas econômica e/ou migratórias mais relevantes que foram implementadas em cada período, surtindo efeitos nos cenários econômico e social do país, que serão tratados mais à frente, como mostra abaixo:

**Imagem 1 - Linha sucessória dos principais Primeiros Ministros da Índia (1947-2014)**



**Fonte: Criação própria**

Até o começo da década de 1990, foi registrado diversas mudanças no arranjo econômico, entre vários governos que geraram impactos diretos no mercado e na indústria nacional, e na vida dos cidadãos indianos; não é à toa, este íterim ficou conhecido globalmente como o *Permit–License-Quota Raj*<sup>7</sup>, quando o Estado indiano assumiu uma roupagem mais socialista, requerendo controle do monopólio de basicamente toda a indústria nacional, inspirada pelos modelos da antiga União Soviética e da China. O início das reformas se deu na gestão do então Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru, que assumiu logo em 1947, após declarada a emancipação do Estado da Índia, e permaneceu no mandato até 1964.

No seu mandato, foi instaurado o *First Five Year Plan* (1951-56)<sup>8</sup> um programa de governo que idealizava o desenvolvimento e a produção nacional, além da redução de desigualdades na sociedade, que foi formulado pela *Planning Commission*<sup>9</sup>, uma agência que foi criada especificamente para inspecionar e promover a aplicação do plano. Assim, o programa tornou-se algo fixo na agenda nacional do governo da Índia, fazendo com que de 5 em 5 anos, novos planos com novas prioridades fossem elaborados; hoje, somam-se 12 *Five-Year Plans*. Apesar dos planejamentos que viabilizavam o progresso nacional, a gestão de Nehru ficou conhecida como uma das mais insustentáveis e ineficientes (CORBRIDGE, 2009).

O período de governo mais memorável logo após o de Nehru foi o da sua filha, a Primeira Ministra Indira Gandhi, que foi chefe de governo entre 1966-77 e 1980-84 quando foi assassinada, sendo a primeira e única mulher a ocupar o cargo até então. Indira foi facilmente comparada com a “Dama de Ferro” Margaret Thatcher, devido as suas similitudes na maneira de administrar o Estado. Mesmo sob o slogan de sua campanha na luta para “expulsar a pobreza”, as políticas que eram aplicadas não davam as amplas condições e oportunidades para que a população pudesse de fato, buscar meios para saírem do extremo nível de pobreza.

---

<sup>7</sup> Referiu-se ao período em que o governo nacional indiano regulava praticamente todos os setores internos, que estatizou empresas de quase todas as áreas, dificultou importações com altas tarifas, e formou diversas agências reguladoras que deveriam ser consultadas, para receber permissão sempre que alguém fosse abrir um novo negócio. Para mais informações sobre, ver link: <<http://indiabefore91.in/license-raj>>

<sup>8</sup> Ver mais no link: <<http://www.yourarticlelibrary.com/planning/indias-first-five-year-plan-1951-56/23424>>

<sup>9</sup> Texto original: “[...]agency of the government of India established in 1950 to oversee the country’s economic and social development, chiefly through the formulation of five-year plans.[...] It is today responsible for periodically assessing the country’s resources; developing five-year plans, along with strategies for implementing them; and monitoring the execution of the plans and recommending adjustments of policy as outcomes warrant.”

Segundo Stuart Corbridge(2009), em sua pesquisa para o *London School of Economics*, ele mostra que o setor da Agricultura, o mais vital para a economia da Índia até meados da década de 1960 - equivalente a quase 50% do PIB nacional - , não recebeu aplicações de recursos suficientes para que contribuísse ao favorecimento da classe dos trabalhadores rurais. Entretanto, viu-se que à partir da segunda gestão de Indira Gandhi que foi possível atrair mais investimentos externos diretos, pois passou a existir um interesse nacional maior nas indústrias e nos grandes negócios internos do país, embora ainda muito discretamente.

Ainda em seu governo, instituiu o “*Monopolies and Restrictive Trade Practices(MRTP) Act.*” (1969, p. 1), que de acordo com o próprio documento oficial, desempenharia a função de:

Ato para prover que a operação do sistema econômico não resulte na concentração de poder econômico em detrimento comum, pelo controle de monopólios, pela proibição de práticas monopolísticas e restritivas de comércio e para todos os assuntos conectados ao mesmo ou incidental (tradução nossa).<sup>10</sup>

O Ato decretado foi constituído a fim de evitar que determinados negócios se firmassem em monopólios, e dominassem o mercado; no entanto, ele terminou dificultando que houvesse competitividade entre os produtores, e prejudicando o interesse dos consumidores. Assim, esse era de fato um decreto contraditório, tendo em vista que a lei só era válida para entidades de origem social, e não aplicava-se sobre nenhuma organização estatal, as quais já vinham atuando sob monopólio.<sup>11</sup> Posteriormente, o Ato foi revogado e substituído pelo *The Competition Act. (2002)*.<sup>12</sup>

A postura firme nas tomadas de decisões de Indira Gandhi no Congresso Indiano alvoroçou o sistema político nacional, fazendo com que vários partidos de oposição surgissem, querendo enfraquecê-la. Então sob acusações de corrupção, um dos momentos mais frenéticos de quando ela esteve no poder, foi retratado entre 1975 e 1977, em que declarou Estado de Exceção, que de acordo com o autor

---

<sup>10</sup> Texto original: “Act to provide that operation of the economic system does not result in the concentration of economic power to the common detriment, for the control of monopolies, for the prohibition of monopolistic and restrictive trade practices and for matters connected therewith or incidental thereto.”

<sup>11</sup> Para mais informações sobre o MRTP Act. 1969, acessar link: <<https://www.gktoday.in/gk/the-monopolies-and-restrictive-trade-practices-act-1970/>>

<sup>12</sup> Ver no link: <[http://mca.gov.in/Ministry/actsbills/pdf/The\\_competition\\_Act\\_2002.pdf](http://mca.gov.in/Ministry/actsbills/pdf/The_competition_Act_2002.pdf)>

Charles Bahia (2013)<sup>13</sup>, diz respeito a quando ocorre alguma situação que ameaça o funcionamento da ordem do Estado, sendo possível acionar constitucionalmente a suspensão da garantia de direitos populares. Compreende-se então, que foi um estágio de plena suspensão da democracia na Índia.

Seguindo com a sucessão na gestão pública do país, Rajiv Gandhi, filho de Indira Gandhi, foi seu substituto para o cargo de Primeiro Ministro após sua morte, assumindo em 1984 até 1989. A partir dali, a Índia com viés mais socialista que havia sido construída até aquele momento, passou a abrandar mais suas leis e regulamentos severos, valorizando mais a participação dos grandes negócios no desenvolvimento da economia nacional, trazendo vantagens para que pudessem existir e o país saísse da taxa de 3% de crescimento ao ano. Dessa maneira, partes da Lei dos Monopólios e Práticas Restritivas do Comércio de 1969 foram excluídas, assim como houve uma maior liberalização de crédito para grandes indústrias (CORBRIDGE, 2009). Além disso, o governo também proporcionou uma redução das taxas em geral, e incentivou importações de bens de capital, favorecendo o avanço da produção doméstica, que surpreendeu em pouco tempo, conseguindo elevar o PIB novamente à 6% até o fim dos anos 1980 (PANAGARIYA, 2004).

Após Ravij Gadhi, em 1991, o novo Primeiro Ministro que teve seu mandato um tanto consagrado na Índia, foi o P. V. Narasimha Rao, que ainda permaneceu por mais 5 anos à frente do parlamento, pelo partido do Congresso Nacional Indiano. Viu-se que no fim dos anos 80 para o início de 1990, o país vinha inclinando-se a favor de um sistema econômico mais neoliberal, tanto interno quanto externamente, e vislumbrava crescimento. A Índia vinha buscando cada vez mais se equiparar aos outros países mais desenvolvidos da Ásia, como China, Singapura, e para isso, era fundamental que abraçasse a globalização mais expressivamente; desse modo, o que contribuiu foi a exclusão de controles na importação, bem como a redução de taxas alfandegárias (PANAGARIYA, 2004).

Era perceptível que as reformas que vinham sendo feitas, embora algumas tivessem prejudicado o setor produtivo do país, e até levaram a uma crise entre 1991-92, estavam conduzindo a Índia em um bom rumo, pois de acordo com Arvind Panagariya (2004), estas tinham cunho mais “sistemático e sistêmico” do que as

---

<sup>13</sup> BAHIA, Charles Nunes. Estado de exceção: uma afronta à supremacia dos direitos fundamentais. Ver no link: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13895](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13895)>

anteriores nos anos 1980, que eram “limitadas em seu escopo e sem um roteiro claro” (PANAGARIYA, 2004, p. 5). Com intuito de impulsionar mais o setor manufatureiro doméstico, outras políticas também foram implementadas como abolição dos controles do licenciamento de investimento privado, redução das taxas de impostos, além da ruptura de vários monopólios estatais, que pôde projetar uma economia mais livre e menos controlada.

### **3.2 A relação das políticas-econômicas com o fenômeno do *Brain drain* na Índia : da independência aos dias atuais**

Mediante retrospectiva dos principais governos da Índia e seu contexto econômico, examina-se as causas mais influentes da ocorrência das emigrações dos indianos, em especial daquelas que representam o *brain drain* na diáspora indiana, por meio das políticas econômicas, sociais e migratórias existentes de cada período.

Sabe-se que as diásporas indianas comumente existiram, e ao longo dos anos foram apenas crescendo, até chegar nos dias atuais como é reconhecida por ser a maior população de emigração do mundo, ao se dispersar em todas as direções. À princípio, por volta das décadas de 1950 e 1970, a emigração na Índia era vista como uma atitude negativa, e não recebiam muito apoio ou assistência por parte do governo, pois acreditava-se que o emigrante era aquele que abandonaria suas origens, dando às costas para seu povo e sua cultura, pensando apenas no próprio benefício (OLIVEIRA, 2011). Isso também estava muito conectado ao fato de que, nas primeiras décadas da independência indiana, a ideia de que manter vínculos com o mundo externo poderia ser vantajoso para o desenvolvimento nacional, era inexistente.

Entretanto, conforme Oliveira (2011), na gestão política de Jawaharlal Nehru algumas condutas foram tomadas com relação aos indivíduos que estavam partindo da Índia, porém, de modo ainda muito restrito, a saber: era de responsabilidade do governo indiano os cidadãos de origem indiana que estivessem habitando outros países, mas não seriam reconhecidos os seus descendentes, ou aqueles que adquirissem cidadania estrangeira. Ressalta-se que, os primeiros indianos a emigrar ainda não estavam na categoria de mão-de-obra qualificada, e mesmo assim, não era bem vistos na perspectiva governamental.

Já na década de 1980, o quadro entre governo-emigrante começava a mudar. Tendo em vista que o país era carente de investimentos externos, na administração de Indira Gandhi ela pôde enxergar possibilidades de captação através dos indivíduos e grupos que partiam do território nacional, essencialmente, pelo envio de remessas de divisas financeiras que mandariam para suas famílias (OLIVEIRA, 2011). Dali, a percepção positiva das comunidades indianas que viviam no exterior, principalmente dos altamente qualificados, estava sendo constuída do ponto de vista nacional.

Nesse período, os principais destinos dos emigrantes indianos eram os EUA, que entre 1986 e 2005, o número de imigrantes mais do que triplicou, e até os anos 90, o principal destino europeu escolhido foi o Reino Unido, registrando-se que entre 1970 e 1996, em média 5.800 indianos seguiram para lá a cada ano (MIGRATION POLICY INSTITUTE, 2009).

Outro fator importante que sinalizou a saída de grandes mentes brilhantes da Índia, foi que no período da gestão de Indira Gandhi, além dos MRTP's que estariam controlando todos os tipos de grandes negócios no país, as taxas de impostos cobradas aos empresários eram altíssimas, os impostos de renda e de herança por exemplo, chegando a mais de 95%<sup>14</sup>. Isso significava que eles eram punidos pois estavam fazendo mais lucros, o que os MRTP's iriam impedir, caso fosse algo que definisse "concentração de riquezas nas mãos de poucos"<sup>15</sup>.

Grandes empresários locais foram vítimas dessas políticas; um deles, o ilustre J.R.D Tata, presidente do Tata Group, referente a um conglomerado de empresas transnacionais, sendo o maior grupo de empresas privadas da Índia, e um dos mais importantes do mundo.<sup>16</sup> Dessa maneira, possuir seu próprio negócio naquela época era bastante arriscado, para todo e qualquer empresário indiano, que tinham de transferir praticamente 100% dos seus lucros ao Estado. Este foi deveras, um fator vital influenciador na saída dos cidadãos indianos que, iludidamente, buscavam atingir sua independência financeira por meio do próprio empreendimento em sua nação, mas só se deparavam com impasses políticos.

---

<sup>14</sup> Ver mais informações no link: <<http://guruprasad.net/posts/the-real-reason-for-indias-brain-drain/>>

<sup>15</sup> Para mais detalhes, acessar o link: <<https://www.gktoday.in/gk/the-monopolies-and-restrictive-trade-practices-act-1970/>>

<sup>16</sup> Ver mais sobre Tata Group no link: <<http://www.tata.com/>>

Também foi apresentado no estudo do *Migration Policy Institute* (2009), que no ano de 1995, tornou-se efetivo o *Immigration Act*. nos EUA, que consistia em facilitar o processo para concedência de vistos de trabalho temporário tipo H-1B em seu território, para os imigrantes que possuíssem no mínimo um grau de bacharel em áreas específicas, tais como engenharia e profissionais de TI. Desse modo, viu-se que o fluxo de entrada de indianos no país mais do que triplicou entre 1986 e 2005, saltando de 27.000 para 85.000 imigrantes; isso demonstra que o brain-drain começava a se manifestar entre a população da Índia, tendo em vista que milhares de indivíduos se graduavam a cada ano, porém não havia vagas no mercado de trabalho suficientes para suprir a demanda de pessoas.<sup>17</sup> Então, tal decisão por parte dos EUA foi fundamental e estratégica para atrair mais cidadãos indianos melhor qualificados, e que buscavam oportunidades de trabalho, a fim de que pudessem contribuir com seu talento e intelecto evoluído nas grandes companhias nacionais.

De acordo com Oliveira (2011), em 1999, quando o Primeiro Ministro Atari Bihari Vajpayee entevé no poder, ele impôs políticas migratórias que puderam beneficiar os cidadãos que estavam em processo, e os que já tinham emigrado, posto que trouxe a criação do cartão para Pessoas de Origem Indiana(PIO), cujo era direcionado para os cidadãos com descendência indiana até a 4ª geração, que iriam conferir ao proprietário do cartão direitos para aquisição de propriedades, condições para realizar investimentos e possibilidades de estudo, assim como já existia o cartão dos Indianos Não-Residente(NRI): diferentemente dos que possuíam o PIO, era específico para as pessoas de nacionalidade indiana, mas que residiam fora.

Mais adiante no mesmo governo, um grande evento foi constituído em 2003: o “Pravasi Bharatiya Divas” que seria o Dia do Emigrante Indiano, com objetivo de celebrar esta data para todos aqueles cidadãos de origem ou descendência indiana que estivessem vivendo em outros países. Ficou conhecida como a “Convenção Global”, em que seria um momento para relembrar o vínculo entre os emigrantes e suas origens. Tal Conferência passou a ser realizada anualmente, todo dia 9 de Janeiro em todos os países onde haja expatriados indianos residindo.

Um ano após, logo no início da direção do governo de Manmohan Singh (2004-2014), instituiu-se o MOIA(Ministry of Overseas Indian Affairs), que seria a

---

<sup>17</sup> Para mais informações, ver link: <<http://guruprasad.net/posts/the-real-reason-for-indias-brain-drain/>>

mais alta instituição governamental a tratar sobre os assuntos dos indianos no estrangeiro, dando assistência em todos os sentidos, com a função de intermediar a relação entre a sociedade indiana e sua nação de origem, de forma que a conexão entre eles não fosse perdida (OLIVEIRA, 2011). Na fase do seu mandato, o país dedicou-se mais a acompanhar e assessorar as diásporas indianas no exterior, objetivando o desenvolvimento nacional mediante elas.

Consequentemente, o maior trunfo que pôde ser alcançado através das políticas migratórias que foram instaladas, e auxiliaram nos procedimentos para que a população emigrasse por parte do governo indiano, seguramente foram os ganhos com as remessas, que são tranferências financeiras feitas geralmente de nações desenvolvidas, destinadas a países menos desenvolvidos. Atualmente, a Índia está em primeira colocação, dentre os países que recebem a maior parcela de remessas enviadas pelos seus expatriados, que segundo o *World Migration Report* (2018), só em 2016 arrecadou um total de 62.7 bilhões de dólares. O país de onde mais se envia estas remessas é os EUA, que por sinal, também é onde reside a maior quantidade de emigrantes indianos no mundo.

Como as remessas são enviadas pelos indianos nativos que residem no exterior, para suas famílias ou instituições, elas tendem a melhorar o quadro social e econômico do seu país de origem, contribuindo para a redução da pobreza além de aumentar o valor da receita da Índia, sendo uma das melhores formas de entrada de capital em território nacional.

#### **4 CONCLUSÃO**

Assim como havia sido questionado desde o início do trabalho, pôde-se compreender com mais clareza como e porquê decorreram as tão discutidas emigrações dos cidadãos indianos pelo mundo. O principal fator sempre esteve atrelado a questões de oportunidades de trabalho em outros territórios fora da Índia, com maior parte sendo de mão-de-obra escrava e não qualificada, ainda na fase colonial, entre os séculos XIX e XX.

Após a Independência do país, verificou-se que as emigrações foram sucedendo em maior ou menor grau, a priori, de acordo com o tipo de políticas econômicas que eram empregadas no Estado, e posteriormente políticas migratórias, que foram favoráveis ou não as diásporas, com a adoção da perspectiva

positiva do cidadão indiano no exterior. Os tempos foram se passando, e o padrão dos indianos que passaram a emigrar se elevou, fazendo com que eles percebessem que fora do seu país, as oportunidades seriam muito melhores, e que seu talento seria valorizado. Então, a partir desta observação que o fenômeno do *brain drain* foi sendo cada vez mais comum entre os emigrantes da Índia, que iriam buscar melhores padrões de vida para si e suas famílias, fora de suas origens.

Logo, afirma-se que, mesmo que os expatriados indianos não quisessem deixar suas famílias, seus lares, nem suas raízes para ir de encontro a outro território diferente do seu, as condições do sistema político-econômico e social na Índia, propiciaram para que ocorresse um êxodo enorme do seu povo durante décadas, que ao se ver sem perspectivas de prosperar no futuro, sentiu-se forçado a sair do seu próprio país, por não ter garantias que o mesmo lhe forneceria isso.

## REFERÊNCIAS

**Corbridge, Stuart. The political economy of development in India since independence.** In: Brass, Paul, (ed.) Routledge Handbook of South Asian Politics: India, Pakistan, Bangladesh, Sri Lanka, and Nepal. Routledge, Abingdon, UK, 2009. Disponível em: <[http://eprints.lse.ac.uk/20381/1/The\\_political\\_economy\\_of\\_development\\_in\\_India\\_since\\_independence\\_%28author\\_final%29.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/20381/1/The_political_economy_of_development_in_India_since_independence_%28author_final%29.pdf)> Acesso em: 01/09/2018

DODANI S, LAPORTE RE. **Brain drain from developing countries: how can brain drain be converted into wisdom gain?** Journal of the Royal Society of Medicine. 2005; 98:487–91. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1275994/> Acesso em: 18/10/2017

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Glossary on Migration.** International Migration Law, 2<sup>nd</sup> Edition. Switzerland, 2011

Id. **World Migration Report 2018**, Geneva, Switzerland, 2017. Disponível em: <[https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2018\\_en.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf)> Acesso em: 06/08/2018

MIGRATION DATA PORTAL, **The total number of international migrants residing in the country or region**, 2017. Disponível em: <[https://migrationdataportal.org/?i=stock\\_abs\\_&t=2017](https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017)> Acesso em: 18/03/2018

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. **Population of Overseas Indians.** 2015 Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/images/pdf/3-population-overseas-indian.pdf>> Acesso em: 15/11/2017

NAUJOCKS, Daniel. **Emigration, Immigration, and Diaspora Relations in India**, Migration Policy Institute, 2009. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/emigration-immigration-and-diaspora-relations-india>> Acesso em: 25/08/2017

OLIVEIRA, M. S. R.. **O discurso governamental indiano sobre a emigração: representações e reinterpretações.** In: Angelo Segrillo; Charles Pennaforte. (Org.). A

Ásia no Século XXI. Olhares Brasileiros. 1ed. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011, v. , p. 147-206

Id. **Refletindo sobre a construção de identidades diaspóricas**; estudo de caso sobre a “hinduidade”. Revista Tempo e Argumento [em linea] Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 200 – 222, 2010. Disponível em <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180302022010200/1616>> Acesso em 13/09/2017

PATARRA, N. L. **Migrações internacionais**: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, São Paulo, v.20, n.57, p.7-24, 2006.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). **International Migration Report 2017**: Highlights. New York, 2017

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs Population Division, **Trends in International Migration**, No. 2015/4. 2015.

UNITED NATIONS, **World Population Prospects**: The 2017 Revision, Volume II: Demographic Profiles. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017).ST/ESA/SER.A/400.

WORLD BANK GROUP, **Migration and Remittances Factbook 2016**, Third Edition, 2016. Disponível em: <<https://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/4549025-1450455807487/Factbookpart1.pdf> > Acesso em 05/11/2017

Id. **Total population, India**. 2017. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2017&locations=IN&start=2017&view=map>> Acesso em: 19/02/2018

## ANEXO

### Regras para submissão do artigo na Revista de Estudos Internacionais(UEPB)

## Diretrizes para Autores

As seguintes normas devem ser seguidas para preparação e posterior envio dos artigos:

1. Os artigos, sempre inéditos, podem ser escritos em português, espanhol, inglês ou francês e limitar-se-ão a 50 mil caracteres (incluindo espaços e, excepcionalmente, notas de rodapé explicativas), sem páginas numeradas e enviados com exclusão dos nomes dos autores, que serão notificados a respeito da decisão do periódico dentro de quatro semanas do envio do manuscrito.
2. Artigos curtos podem ser avaliados, por exemplo, para outras seções.
3. Usar apenas MS Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1 e 1/2, margens 2x2 justificadas e sistema de citação autor-data.
4. Uma página título deve ser enviada separadamente (como documento suplementar), contendo o título do artigo, nomes dos autores e filiação profissional/acadêmica (três níveis, ex. universidade - faculdade-departamento ou universidade-instituto-curso), cidade, estado e país da filiação, títulos educacionais, endereço para correspondência, telefone e email.
5. Incluir título em português e em inglês, um resumo em português de até 200 palavras e três a cinco palavras-chave, além de um resumo em idioma estrangeiro (inglês, espanhol ou francês). Caso o artigo esteja em idioma estrangeiro, favor enviar o resumo no idioma do artigo e outro em português.
6. Evitar notas de rodapé explicativas, que devem restringir-se, quando necessário e excepcionalmente, a esclarecimentos adicionais ao texto.
7. Sugere-se aos autores que enviem o manuscrito para revisão ortográfica e gramatical antes de submetê-lo à apreciação ao periódico. Para o idioma inglês, usa-se o inglês britânico.
8. A página inicial deve conter o título em caixa alta, negrito e fonte 12, em português e em inglês. E os tópicos do artigo devem ser numerados, exceto introdução, conclusão e referências.
9. As citações longas (mais de 3 linhas) devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com Times New Roman 11, espaçamento simples entre linhas e sem aspas. Após a citação recuada, não se deve recuar o parágrafo.
10. As Resenhas de livros, que não se deve confundir com resumos, devem possuir até duas páginas (entre 1000 e 1500 palavras) e sem citação direta. Os livros resenhados devem ter sido publicados há, no máximo, três anos. Recomenda-se olhar as resenhas publicadas nos volumes anteriores da Revista.
11. Com relação às referências, o sistema autor-data recomenda que elas sejam listadas, cuidadosa e essencialmente, em ordem alfabética ao final do artigo.